



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETIVO

A presente contratação tem como objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização e descupinização), com fornecimento de materiais, equipamentos e insumos, em todos os imóveis ocupados pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ, visando manter as unidades do órgão em condições de salubridade, higiene e segurança sanitária.

### 2. DA MODALIDADE LICITATÓRIA

**2.1.** Por se tratar de contratação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002, o certame licitatório será realizado na modalidade **Pregão, em sua forma Eletrônica.**

**2.2.** O subtipo de licitação será o **menor preço por lote.**

**2.3.** O Objeto será executado segundo o Regime de Execução de **Empreitada por Preço Global.**

**2.4.** Para esta contratação manifesta-se a observância dos ditames da Lei Federal n.º 8.666/1993, em detrimento das disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021.

### 3. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade da presente contratação se pauta na revogação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n.º 005/2021 e consequente encerramento do processo



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

de n.º E-04/172/100055/2018, instaurado com vistas à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas – dedetização e desratização – com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos, em todos os imóveis ocupados pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ.

Em 20 setembro de 2018, foi inaugurado o processo de n.º E-04/172/100055/2018 com o objetivo de proceder à contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas em todos os imóveis ocupados pela SEFAZ/RJ, de modo a garantir a manutenção das condições de salubridade, higiene e segurança sanitária nas unidades desta Secretaria.

Após realização de devida pesquisa de mercado e de sucessivas alterações nos documentos preparatórios da contratação, sobretudo no Termo de Referência, foi publicado, em 29 de junho de 2021, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 005/2021 e seus anexos, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro aposta no indexador n.º 18995072, com sessão prevista para ser realizada no dia 12 de julho de 2021.

Entretanto, em 05 de julho de 2021, a empresa Dedetec Serviços de Imunização Ltda. apresentou impugnação ao edital de licitação (indexadores n.º 19272399 e 19272633), acarretando na suspensão do certame para análise e manifestação das alegações pela área técnica, como indica o documento SEI n.º 19391611.

Após análise da impugnação e reavaliação dos documentos preliminares, esta Coordenadoria de Serviços Compartilhados entendeu que o melhor caminho a ser adotado seria a revogação do Pregão Eletrônico n.º 005/2021, conforme manifestações apostas nos indexadores n.ºs 21121707 e 28692229.

Assim, depois dos apontamentos dessa área demandante e da manifestação da Assessoria



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

Jurídica (doc. SEI n.º 28264140), a qual não vislumbrou óbices à revogação, foi publicada a revogação do Pregão Eletrônico n.º 005/2021 (docs. SEI n.ºs 29252424, 29519649 e 29519709), com o consequente arquivamento do processo de n.º E-04/172/100055/2018 (doc. SEI n.º 29909704).

#### **4. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

O controle de vetores e pragas urbanas está intimamente ligado à preservação da vida e à integridade da saúde, tendo que vista que a prevenção e a eliminação da proliferação de animais sinantrópicos, isto é, espécies adaptadas ao convívio humano em ambientes urbanos e causadoras de danos à saúde, à vida e ao meio ambiente, são fundamentais para a prevenção e a diminuição da propagação de doenças.

A RDC n.º 622, de 9 de março de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em seu art. 3º, II, define o controle de vetores e pragas urbanas como o conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos, com periodicidade minimamente mensal, visando impedir de modo integrado que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzam no ambiente.

Quando se tratam de ambientes de trabalho, o manejo e controle de vetores e pragas urbanas garantem a correta saúde ocupacional e a segurança no trabalho, bem como proporciona que o espaço alcance de modo mais amplo as suas funcionalidades, gerando bem-estar e qualidade de vida aos colaboradores envolvidos.

Ressalta-se que, no cenário atual de pandemia do coronavírus (Covid-19), aumentou significativamente a preocupação com a adoção de cuidados sanitários, elevando a importância da manutenção da salubridade, higiene e segurança sanitária nos ambientes.

Ademais, registra-se que os órgãos públicos do Estado do Rio de Janeiro são obrigados a providenciar a realização dos serviços de desinsetização e desratização, por força do art.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

5º c/c art. 3º da Lei Estadual n.º 7.806/2017.

Em vista disso, a presente contratação visa garantir a manutenção e a preservação da qualidade de vida e da saúde dos contribuintes, servidores, colaboradores e autoridades que frequentam e prestam serviços nas unidades de atuação da SEFAZ/RJ, bem como o regular funcionamento das unidades e a preservação dos bens públicos do órgão, atendendo ao art. 5º c/c art. 3º da Lei Estadual n.º 7.806/2017.

## **5. DO OBJETO**

**5.1.** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização, e descupinização), com fornecimento de materiais, equipamentos e insumos, em todos os imóveis ocupados pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ.

### **5.2. Identificação do objeto e ID Siga:**

O objeto da demanda, de acordo com o catálogo de materiais e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição do Estado do Rio de Janeiro (SIGA), é contemplado com os seguintes IDs:

- **Para os serviços de desinsetização:**

<b>Código do Item</b>	<b>ID SIGA</b>	<b>Descrição</b>
<b>0301.001.0026</b>	<b>167857</b>	SERVICOS DE DEDETIZACAO - DESCRIÇÃO: SERVICOS CONTINUADOS E ESPECIALIZADOS DE CONTROLE SANITARIO INTEGRADO NO COMBATE AS PRAGAS URBANAS E CONTROLE DE VETORES (BARATAS,



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

		FORMIGAS, MOSQUITOS E MOSCAS)
--	--	-------------------------------

- **Para os serviços de desratização:**

Código do Item	ID SIGA	Descrição
0301.003.0008	174259	SERVICOS DE DESRATIZACAO, DESCRICAO: CONTRATAcao DE SERVICO ESPECIALIZADO EM DESRATIZACAO, ORIGEM: PESSOA JURIDICA

- **Para os serviços de descupinização:**

Código do Item	ID SIGA	Descrição
0301.002.0003	156159	SERVICOS DE DESCUPINIZACAO,DESCRICAO: CONTRATAcao DE SERVICO ESPECIALIZADO EM DESCUPINIZACAO, ORIGEM: PESSOA JURIDICA

## 6. PARCELAMENTO DO OBJETO

O art. 23, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993 estabelece que “as obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala”.

Em análise a essa disposição, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1214/2013-Plenário, se manifestou no sentido de que o expresso no supracitado artigo não configura



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

regra absoluta pelo parcelamento ou não do objeto, devendo ser avaliada a viabilidade técnica e econômica em cada caso.

Nesse mesmo sentido, a Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União estabelece a obrigatoriedade da adjudicação por item, nas contratações em que o objeto seja divisível, salvo quando a sua divisibilidade possa prejudicar o conjunto ou complexo, ou houver perda de economia de escala.

A inviabilidade técnica, conforme entendimento de Marçal Justen Filho, se caracteriza quando o fracionamento do objeto em itens ou lotes distintos possa comprometer a integridade qualitativa do objeto a ser executado, importando risco de impossibilidade de execução satisfatória pela desnaturação do objeto.

O autor explica ainda acerca da inviabilidade econômica, a qual impede o fracionamento do objeto quando a contratação por itens ou lotes acarretar o aumento do preço a ser pago pela Administração. Nesse caso, o não parcelamento do objeto é permitido para manutenção da economia de escala, pois o aumento dos quantitativos produziria a redução dos preços e, por conseguinte, garantiria a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração<sup>1</sup>.

Na presente contratação, verifica-se como viável técnica e economicamente que os serviços de desinsetização, desratização e descupinização sejam prestados em conjunto. Isso porque as empresas especializadas no controle de pragas e vetores que executam os serviços de desinsetização, usualmente, também realizam o serviço de desratização e descupinização, de modo que a prestação em conjunto desses serviços não implica em restrição de mercado a prejudicar a competitividade do certame. Além disso, com a prestação desses serviços em conjunto, haveria economia de escala pela possibilidade de

---

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, MARÇAL. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. ed. rev. atual. ampl. Revista dos Tribunais, 2014, p. 366.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

emprego dos mesmos recursos humanos, inclusive do profissional responsável técnico, e mesmos insumos e materiais para execução desses serviços.

Considerando o exposto, a prestação dos serviços de desinsetização, desratização e descupinização será realizada em conjunto, em grupamentos de unidades de atuação da SEFAZ/RJ, pois se tratam de localidades distintas, sendo algumas integrantes da mesma região geográfica.

Para isso, pretende-se dividir a prestação dos serviços de desinsetização, desratização e descupinização em 4 (quatro) lotes, pautando-se no critério geográfico e considerando as regiões em que se situam os imóveis ocupados pela SEFAZ/RJ onde serão realizados esses serviços.

A divisão das localidades inseridas nos lotes II, III e IV se dá porque se tratam de regiões mais interioranas, onde atuam, principalmente empresas locais, que muitas das vezes são menores e não possuem condições de oferecer proposta para o objeto contido nos referidos lotes de forma unificada.

Ademais, registra-se que a divisão das localidades inseridas no Lote I, que abrange os imóveis da Capital e de municípios contíguos, também objetiva ampliar a competitividade do certame.

Salienta-se que, em relação aos serviços de desinsetização, desratização e descupinização, a divisão do objeto por item se revela inviável economicamente, pois acarretaria prejuízos à economia de escala do procedimento, uma vez que a limitação do serviço a cada localidade tornaria a prestação mais onerosa para a contratada pela impossibilidade de compensação de seus custos. Outrossim, a divisão do objeto por item, fragmentando-se os serviços de desinsetização, desratização e descupinização, é igualmente inviável economicamente, uma vez que limitaria a possibilidade de emprego dos mesmos



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

insumos, recursos humanos e materiais para a execução desses serviços, tornando a prestação mais onerosa.

Da mesma forma, ressalta-se que a utilização no presente caso de licitação por menor preço global restringiria demasiadamente a competitividade do procedimento licitatório, haja vista ser de difícil constatação no mercado única empresa que consiga prestar o serviço de controle de pragas e vetores em todas as localidades definidas, que se apresentam com distância considerável, tratando-se de imóveis situados na Capital, Região Metropolitana, Norte-Fluminense, Litorânea, Sul-Fluminense e Serrana do estado do Rio de Janeiro.

Por tais razões, revela-se viável técnica e economicamente para esta Administração o parcelamento dos serviços de desinsetização, desratização e descupinização na presente contratação, sendo realizada uma única licitação, com cada parcela do objeto adjudicada em lotes distintos, possibilitando a ampliação da competitividade do certame, motivo pelo qual será adotado como critério de julgamento das propostas o menor preço por lote.

## 7. LOCALIDADES E DIMENSIONAMENTO DOS IMÓVEIS

**7.1.** O objeto da presente contratação deverá ser executado nas seguintes localidades, conforme descrição abaixo:

SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESES RATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO		
LOTE I	Endereços	Área total
	Sede – Av. Presidente Vargas, nº 670, Centro, Rio de Janeiro/RJ	15.925,87 m²
	ITD – Av. Erasmo Braga, nº 118, Centro, Rio de Janeiro/RJ	650,28 m²





Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

	IPVA – Rua Regente Feijó, nº 7, Centro, Rio de Janeiro/RJ	808,59 m <sup>2</sup>
	Corregedoria – Rua Buenos Aires, nº 68, 04º PAV, Centro, Rio de Janeiro/RJ	348,56 m <sup>2</sup>
	Almoxarifado – Rua da Constituição, nº 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ	885,90 m <sup>2</sup>
	AFR Niterói – Rua Marquês de Paraná, nº 191, Niterói/RJ	1.163,55 m <sup>2</sup>
	Galpão de Niterói – Av. Washington Luiz, nº 47, Niterói/RJ	6.766,58 m <sup>2</sup>
	PFA Méier – Rua Arquias Cordeiro, nº 254, Méier, Rio de Janeiro/RJ	1.357,43 m <sup>2</sup>
	SÃO CRISTÓVÃO - Rua Almirante Baltazar, 509 - São Cristóvão -	229,31 m <sup>2</sup>
	Divisão de Transporte – Rua Francisco Eugênio, nº 20, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ	1.205,46 m <sup>2</sup>
	POSTO FISCAL GIG - Posto de Controle Interestadual do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Vinte de Janeiro, s/n, Ilha do Governador	48,10 m <sup>2</sup>
	AFR Barra da Tijuca – Av. Ayrton Senna, nº 2001, Bloco C,	667,20 m <sup>2</sup>



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

	Parte 2, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ	
	PFA Campo Grande – Rua Engenheiro Trindade, nº 397, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ	836,53 m²
	AFR Itaguaí – Rua Dr. Curvelo Cavalcanti, nº 164, Itaguaí/RJ	478,96 m²
	PFA Nova Iguaçu – Rua Dom Walmor, nº 383, salas 301a 308, Centro, Nova Iguaçu/RJ	703,00 m²
<b>LOTE II</b>	<b>Endereços</b>	<b>Área total</b>
	PFA Campos dos Goytacazes – Av. Alberto Torres, nº 82/84, Campos dos Goytacazes/RJ	1.551,54 m²
	AFR Itaperuna – Av. Cardoso Moreira, nº 294, Itaperuna/RJ	622,91 m²
	PFA Sto. Antônio de Pádua – Rua Florismundo Decnop, nº 135, Santo Antônio de Pádua/RJ	705,61 m²
	PFA São Fidelis – Av. Sete de Setembro, nº 317, loja 02, São Fidélis/RJ	93,79 m²
	PFA Macaé – Rua Teixeira de Gouveia, nº 242, Macaé/RJ	397,86 m²
	PCF Morro do Coco – Rodovia BR 101, KM 45 (antigo Posto Mato Verde), Campos dos	3.798,00 m²



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

	Goytacazes/RJ	
	AFR Cabo Frio – Pç. Dom Pedro II, nº 12, loja 01, Cabo Frio/RJ	304,00 m <sup>2</sup>
LOTE III	<b>Endereços</b>	<b>Área total</b>
	AFR Barra do Piraí – Rua Paulo de Frontin, nº 132, Barra do Piraí/RJ	1.114,40 m <sup>2</sup>
	AFR Volta Redonda – Av. Amaral Peixoto, nº 287/291, Volta Redonda/RJ	254,87 m <sup>2</sup>
	PCF Nhangapi – Rodovia Presidente Dura, KM 324, Itatiaia/RJ	2.693,40 m <sup>2</sup>
LOTE IV	<b>Endereços</b>	<b>Área total</b>
	AFR Petrópolis – Rua Paulo Barbosa, nº 110, Petrópolis/RJ	859,37 m <sup>2</sup>
	AFR Teresópolis – Rua José Augusto Costa, nº 33, Teresópolis/RJ	548,54 m <sup>2</sup>
	PFA Três Rios – Rua Prefeito Joaquim Ferreira, nº 81, Três Rios/RJ	387,70 m <sup>2</sup>
	PCF Levy Gasparian – Rua Anísio Torres, nº 01, Gulf, Comendador Levy Gasparian/RJ	390,00 m <sup>2</sup>
	AFR Nova Friburgo – Rua Ernesto Basílio, nº 2533, Nova	1.070,44 m <sup>2</sup>



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

	Friburgo/RJ	
--	-------------	--

## **8. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **8.1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1.1.** A execução dos serviços ocorrerá de segunda à sexta-feira, no intervalo das 8:00hrs às 18:00hrs, e finais de semana, mediante acordo prévio com a Contratante, em horários previamente agendados com a equipe de fiscalização do contrato, através do telefone 2334-4771 e/ou do endereço eletrônico [tcsilva@fazenda.rj.gov.br](mailto:tcsilva@fazenda.rj.gov.br), de modo a não interferir nas atividades da SEFAZ/RJ durante o expediente.

**8.1.2.** A Contratada deverá disponibilizar mão de obra especializada e qualificada para execução dos serviços, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, ficando sob sua responsabilidade a definição do quantitativo necessário, de acordo com a metragem dos imóveis onde serão executados os serviços.

**8.1.3.** Deverá ser utilizado, na execução dos serviços, equipamento de proteção individual (EPI) apropriado, inclusive de proteção respiratória, conforme a necessidade e a legislação aplicável.

**8.1.4.** O fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos nas quantidades e qualidade necessárias para a correta e eficaz execução dos serviços será de total responsabilidade da empresa contratada.

**8.1.4.1** Caberá à Contratada o fornecimento dos produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários à eficiente execução dos serviços, comprometendo-se a empregar na execução apenas materiais de qualidade superior, ou seja, gel, pó químico,



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

inseticida, iscas, etc., conforme a praga e vetor a ser combatido, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários competentes.

**8.1.5.** A Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, conforme qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

**8.1.5.1.** Quando utilizados produtos químicos na execução dos serviços, os produtos deverão observar as especificações do item 10 deste Termo de Referência e conter, no mínimo, as seguintes características:

- a. Não causarem manchas;
- b. Possuírem um período prolongado de ação;
- c. Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- d. Não danificarem ou causarem a morte de plantas, árvores e gramados;
- e. Não causarem danos ao meio-ambiente;
- f. Não causarem danos aos mobiliários, pisos, paredes, equipamentos, instalações, cisternas e caixas d'água da Contratante.
- g. Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Saúde.

**8.1.6.** Para execução dos serviços, deverão ser observadas as normas técnicas vigentes e aplicáveis, especialmente as de Segurança do Trabalho, as da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e as Normas Brasileiras (NBR) nº. 15.584:2008, partes 1, 2 e 3, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que tratam sobre o controle de vetores e pragas urbanas.

**8.1.7.** A Contratada deverá afixar cartazes informando a realização dos serviços, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental, conforme art. 20 da RDC n.º



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

622/2022 da ANVISA.

**8.1.8.** Os serviços de controle de vetores e pragas urbanas contratados abrangerão as seguintes atividades, detalhadas a seguir:

- a) Desinsetização;
- b) Desratização;
- c) Descupinização;

## **8.2. DOS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO**

**8.2.1.** Os serviços de desratização, desinsetização e descupinização possuem natureza contínua, já que sua falta ou interrupção pode comprometer o desempenho das atividades desenvolvidas nas unidades da SEFAZ/RJ.

**8.2.2.** As ações implementadas na desratização, desinsetização e descupinização deverão eliminar e prevenir a proliferação de baratas, moscas, formigas, mosquitos e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes, ratos, cupins, abelhas, vespas, marimbondos ou quaisquer outras pragas e vetores que infestam ambientes urbanos, podendo causar agravos à saúde e/ou prejuízo econômico.

**8.2.3.** Os serviços de desratização, desinsetização e descupinização deverão contemplar ações preventivas e corretivas de monitoramento e aplicação de produtos, utilizando métodos comprovadamente eficazes e eficientes, de acordo o Plano de Execução dos Serviços (**ANEXO D**) apresentado pela Contratada, a serem realizadas conforme periodicidade indicada abaixo:

SERVIÇO	PERIODICIDADE
Desratização	Executado quatro vezes no período de doze meses, com



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

	intervalo de três meses.
<b>Desinsetização</b>	Executado quatro vezes no período de doze meses, com intervalo de três meses.
<b>Descupinização</b>	Executado duas vezes no período de doze meses, com intervalo de seis meses.
<b>Reforço</b>	Em caso de ineficácia do procedimento e/ou do produto, ou de nova manifestação de roedores e insetos (em prazo inferior a três meses) ou de cupins (em prazo inferior a seis meses)
<b>Visitas</b>	Mensais (nos meses em que não ocorrerem aplicações)

**8.2.3.1.** Além das periodicidades acima definidas, a Contratada se compromete a adotar as medidas corretivas necessárias durante toda a vigência do contrato, a qualquer tempo, nas áreas em que for verificada a ineficácia das medidas implementadas, conforme notificação formal da equipe de fiscalização contratual, sem qualquer ônus extra para a Contratante.

**8.2.3.2.** Notificada pela equipe de fiscalização contratual para executar ações corretivas, a Contratada terá o prazo 48 (quarenta e oito) horas para corrigir as falhas verificadas, de modo a tornar o controle de pragas e vetores efetivo.

**8.2.3.3.** O prazo de execução dos serviços atenderá o previsto no Plano de Execução dos Serviços (**ANEXO D**) previsto no subitem 9.1.1.1 deste Termo de Referência.

**8.2.3.4.** A Contratada deverá realizar visita técnica mensal, nos meses em não forem executadas as medidas preventivas, com agendamento e datas acordadas previamente com a Contratante, de forma a não interferir na rotina da unidade, para avaliar os resultados e a eficácia dos serviços e a necessidade de correções e/ou ajustes. A visita será acompanhada pelo fiscal do contrato ou outra pessoa designada pela Contratante.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**8.2.3.4.1.** Após a visita técnica mensal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a Contratada deverá apresentar à equipe de fiscalização contratual relatório da respectiva visita, detalhando os resultados dos serviços e as ações efetivadas.

## **9. METODOLOGIA DO CONTROLE DE VETORES E PRAGAS**

### **9.1. DISPOSIÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO**

**9.1.1.** Em até 07 (sete) dias corridos da data de assinatura do termo contratual, a Contratada deverá agendar com a equipe de fiscalização do contrato, através do telefone 2334-4771 e/ou do endereço eletrônico [tcsilva@fazenda.rj.gov.br](mailto:tcsilva@fazenda.rj.gov.br), visita aos locais onde serão executados os serviços para realizar inspeção por profissional qualificado, a fim de verificar os locais, incluindo estruturas edificadas, seu entorno e pontos propícios para acesso, desenvolvimento e estabelecimento de vetores e pragas, bem como identificar níveis de gravidade da infestação na localidade e as espécies de vetores e pragas existentes e potenciais.

**9.1.1.1.** A Contratada, em até 15 (quinze) dias corridos, após a realização da inspeção, deverá apresentar a equipe de fiscalização do contrato, por meio físico ou eletrônico, através do e-mail: [tcsilva@fazenda.rj.gov.br](mailto:tcsilva@fazenda.rj.gov.br), o Plano de Execução dos Serviços (**ANEXO D**), no qual deverá constar: a identificação da(s) espécie(s) infestantes identificadas a serem controladas, as técnicas de controle a serem implementados, o(s) produto(s) a ser(em) utilizado(s) e sua quantidade, a data de início e finalização dos serviços, observada a periodicidade indicada no subitem 8.2.3, deste Termo de Referência.

**9.1.1.2.** Após a elaboração do Plano de Execução dos Serviços, a Contratada deverá submetê-lo à Contratante, a qual terá o prazo de até 5 (cinco) dias corridos para aprovação,





Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

a contar da sua apresentação.

**9.1.1.3.** A execução dos serviços deverá seguir o estabelecido pela Contratada no Plano de Execução dos Serviços (**ANEXO D**), após anuência e aprovação da Contratante.

**9.1.2.** A Contratada deverá, antes do início da execução dos serviços, fornecer todas as recomendações necessárias para garantir a segurança e a eficácia dos serviços prestados, inclusive informando sobre os cuidados a serem tomados e as medidas de primeiros socorros a serem realizadas em caso de intoxicações, bem como sobre eventual necessidade de ventilação dos espaços ou de proteção ou isolamento de equipamentos e instalações da SEFAZ/RJ.

**9.1.3.** A empresa Contratada deverá afixar cartazes informando a realização dos serviços, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental, conforme art. 20 da RDC n.º 622/2022 da ANVISA.

**9.1.4.** Na execução dos serviços, a Contratada terá que implementar práticas higiênico-sanitárias eficazes, visando eliminar, prevenir e reduzir a proliferação de vetores e pragas oriundos de ambientes externos ou existentes nos ambientes internos, de acordo com o Plano de Execução dos Serviços (**ANEXO D**) e com a periodicidade definida nos subitens 8.2.3 deste Termo de Referência.

**9.1.5.** Após a aplicação das técnicas de controle e dos produtos saneantes, a edificação, as instalações, os equipamentos, os móveis e os utensílios das unidades da SEFAZ/RJ devem ser livres de vetores e pragas urbanas ou qualquer evidência de sua presença, como fezes, ninhos e outras mais.

**9.1.6.** Ao final da execução de cada etapa de realização dos serviços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, havendo ou não utilização de produtos químicos, a Contratada deverá



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

apresentar à Contratante um Comprovante de Execução de Serviços (**ANEXO E**), nos termos do art. 19 da RDC nº 622/2022 da ANVISA e NOP-INEA-16, para cada imóvel onde ocorreu a ação de controle, contendo no mínimo, as seguintes informações:

- a) nome do cliente;
- b) endereço do imóvel;
- c) praga(s) alvo;
- d) data de execução dos serviços;
- e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- h) orientações pertinentes ao serviço executado;
- i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
- j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e
- k) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

**9.1.7.** Deverá ser entregue à Contratante, em documento anexo ao Comprovante de Execução de Serviços (**ANEXO E**), as orientações adequadas quanto a situações de favorecimento ao acesso e/ou ao estabelecimento de pragas urbanas através de uma relação de medidas preventivas, em observância ao art. 19 da RDC nº 622/2022 da ANVISA e NOP-INEA-16.

## **9.2. METODOLOGIA DO SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO**

**9.2.1. Controle de Baratas:** O serviço consiste na aplicação de inseticida, nas instalações, edificações e demais áreas indicadas pela equipe de fiscalização do contrato,



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

devendo atingir uniformemente os cômodos, móveis e aparelhos eletro/eletrônicos, inclusive ralos, bacias sanitárias, redes hidráulicas e sistema de esgoto em geral.

**9.2.2. Controle de Moscas/Mosquitos:** O serviço consiste na aplicação de inseticida nas instalações, edificações e demais áreas indicadas pela equipe de fiscalização do contrato, incluindo-se locais como rodapés, paredes dos corredores, das salas e do setor de alimentos.

**9.2.3. Controle de Formigas/Escorpião:** O serviço consiste na aplicação de inseticida, nas instalações, edificações e demais áreas indicadas pela equipe de fiscalização do contrato, devendo atingir uniformemente os cômodos, móveis e equipamentos eletro/eletrônicos. Além disso, o controle deverá ser mantido de acordo com o grau de infestação.

**9.2.4. Controle de pulgas:** O serviço consiste na aplicação de inseticidas específicos nas áreas dos depósitos de materiais, redes sanitárias (esgotos e ralos), perímetros internos e externos, locais que servem de acesso para alimento, água e esconderijo, além das demais áreas indicadas pela equipe de fiscalização do contrato.

### **9.3. METODOLOGIA DO SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO**

**9.3.1.** O serviço deverá ser realizado com base na aplicação de iscas acondicionadas em caixas PEP — Pontos de Envenenamento Permanente, a serem distribuídas nas áreas internas e externas indicadas pela equipe de fiscalização do contrato.

**9.3.2.** Poderão ser utilizados outros tipos de tratamentos para o controle de roedores, tais como iscas granuladas em locais de difícil acesso e pó aderente para aplicação nos caminhos e nas tocas dos ratos.

**9.3.3.** O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz e possuir poder fulminante,



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

causando a morte instantânea dos roedores e o ressecamento do animal, de modo a não permitir que os roedores envenenados circulem e que, depois de mortos, cheguem ao estado de putrefação, exalando mau cheiro e causando entupimentos nas tubulações.

#### **9.4. METODOLOGIA DO SERVIÇO DE DESCUPINIZAÇÃO**

**9.4.1.** No serviço de descupinização deverá ser aplicado produto inseticida para o combate a Cupins de Madeira e de Estrutura, nas áreas indicadas pela equipe de fiscalização do contrato, conforme as circunstâncias abaixo explicitadas:

**9.4.1.1. Tratamento do Madeiramento:** Processo de pulverização por alta pressão, incluindo portais, forros e outros, seguido da retirada dos caminhos de cupins.

**9.4.1.2. Em portais, pisos e alvenarias:** Execução baseada na perfuração com brocas de aço, criando orifícios para a injeção de calda química que favoreça a maior penetração do inseticida. Devem ser empregadas, ainda, barreiras químicas para evitar proliferação e ataque de cupins. As áreas de aplicação também devem ser informadas e autorizadas pela equipe de fiscalização do contrato.

#### **10. DESINFESTANTES DOMISSANITÁRIOS**

**10.1.** São as substâncias ou preparações destinadas à desinfestação domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, contendo substâncias ativas, isoladas ou em associação, que não ofereçam risco à vida ou à saúde do homem e dos animais não-alvo do controle, bem como do meio-ambiente, podendo ser de dois tipos:

- a) **inseticidas:** destinados ao combate, à prevenção e ao controle dos insetos, larvas e ovos dos insetos;
- b) **rodenticidas:** destinados ao controle químico de roedores sinantrópicos.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**10.2.** A Contratada somente poderá utilizar produtos saneantes desinfestantes de venda restrita voltados para empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente autorizados e registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em atenção ao art. 7º da Lei Estadual n.º 7.806/2017 e art. 6º da RDC n.º 622/2022 da ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada.

**10.3.** A Contratada deverá garantir que os produtos utilizados nas ações de controle de vetores e de pragas urbanas estejam de acordo com a legislação ambiental e sanitária e as normas técnicas pertinentes.

**10.4.** A composição dos produtos saneantes domissanitários e os ingredientes ativos a serem utilizados para o controle das pragas deve ser adequada tanto às características dos locais em que serão aplicados quanto da(s) praga(s) que se deseja exterminar.

**10.5.** Na utilização e aplicação de produtos químicos, a Contratada deverá observar as instruções e os boletins técnicos do fabricante, bem como as fichas de informações de segurança de produto químico (FISPQ), se houver, em conformidade com a ABNT NBR 14.725-4:2014, e com a Norma Regulamentadora n.º 26 (Sinalização de Segurança), item 26.2, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, e demais normas aplicáveis.

**10.5.1.** Antes do início da execução dos serviços, a Contratada deverá entregar à Contratante as fichas de informações de segurança de produto químico (FISPQ) referentes a todos produtos químicos a serem utilizados nas ações de controle de pragas e vetores, se aplicável.

**10.6.** Os produtos saneantes desinfestantes deverão ser aplicados sem que as pessoas que transitam nas unidades da SEFAZ/RJ necessitem desocupar o ambiente onde ocorrerá a prestação dos serviços, exceto em casos extraordinários, após prévia comunicação e autorização da equipe de fiscalização do contrato.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**10.7.** A manipulação e o transporte de produtos saneantes desinfestantes e equipamentos necessários para a prestação dos serviços são de inteira responsabilidade de Contratada e deverão observar o artigo 14 da Lei Estadual n.º 7.806/2017 e os artigos 12 e 13 da RDC n.º 622/2022 da ANVISA.

**10.8.** O destino final e o descarte de embalagens dos produtos utilizados na prestação dos serviços são de inteira responsabilidade de Contratada e deverão estar em conformidade com os artigos 15, 16, 17 e 18 da Lei Estadual n.º 7.806/2017, bem como os artigos 14, 15, 16, 17 e 18 da RDC n.º 622/2022 da ANVISA.

**10.9.** O armazenamento, a manipulação, o transporte e a aplicação de desinfestantes domissanitários deverão ser efetuados estritamente por funcionários capacitados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI) adequados.

## **11. DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE**

**11.1.** A contratada deverá conduzir suas ações observando a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e ao bem-estar dos que utilizarem o espaço.

**11.2.** Na execução dos serviços, deverão ser observadas as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente as NBR 15.584:2008, partes 1, 2 e 3 que tratam sobre o controle de vetores e pragas urbanas, sem prejuízo de outras determinações aplicáveis à sustentável execução do serviço.

**11.3.** A manipulação e o transporte de produtos saneantes desinfestantes e equipamentos necessários para a prestação dos serviços deverão observar o art. 14 da Lei Estadual n.º 7.806/2017 e os artigos 12 e 13 da RDC n.º 622/2022 da ANVISA.

**11.4.** O destino final e o descarte de embalagens dos produtos utilizados na prestação dos



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

serviços são de inteira responsabilidade de Contratada e deverão estar em conformidade com os artigos 15, 16, 17 e 18 da Lei Estadual n.º 7.806/2017, bem como os artigos 14, 15, 16, 17 e 18 da RDC n.º 622/2022 da ANVISA

**11.5.** Deverão ser observados os requisitos dispostos no art. 2º, I ao VIII, do Decreto Estadual n.º 43.629/2012 e no art. 13, §3º, I ao VIII, do Decreto Estadual n.º 46.642/2019, que tratam sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, no que for aplicável.

**11.6.** As especificações e demais exigências do Termo de Referência deverão ser cumpridas visando à economia da manutenção e a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

## **12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**12.1.** Para fins de atestação de qualificação técnica, deverá ser apresentada Certidão de Registro ou Inscrição junto ao Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico pelo serviço, em nome da licitante, conforme art. 9º da Lei Estadual n.º 7.806/2017, bem como a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da contratação.

**12.1.1.** A comprovação da aptidão referida no subitem anterior será feita mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, na forma do artigo 30, II c/c §1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

**12.1.1.1.** Para os serviços de desinsetização, desratização e descupinização, o(s) atestado(s) deve(m) comprovar a aptidão para execução de um quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do total dos respectivos lotes objeto da licitação.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**12.1.1.2.** Será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a serviços realizados que sejam compatíveis com o objeto desta licitação, tendo em vista que a possibilidade de somatório de atestados é a regra administrativa, devendo ser justificada sua vedação apenas, nos moldes indicado nos Acórdão 1095/2018 e Acórdão 7982/2017, ambos do TCU.

**12.1.1.3.** O(s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.

**12.2.** A licitante deverá comprovar, na data da entrega da proposta, conforme dispõe o art. 30, §1º, I, da Lei Federal n.º 8.666/1993, em conjunto com o art. 8º, parágrafo único, da Lei Estadual n.º 7.806/2017, que possui ou tem capacidade de possuir até o início da execução do contrato, para ser indicado como Responsável Técnico dos serviços, profissional de nível superior com graduação em biologia, veterinária, química, engenharia química, farmácia ou agronomia, devidamente habilitado, que possua comprovação para exercer tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional.

**12.2.1.** A comprovação do item anterior exigida para o profissional poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a proponente como contratante, do contrato social da proponente em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.

**12.3.** Deverão ainda ser apresentados os seguintes documentos:

**12.3.1.** Licença Ambiental compatível com o objeto da contratação, expedida pelo





Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

Instituto Estadual do Ambiente - INEA, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 30, IV, da Lei Federal n.º 8.666/1993 c/c art. 10 da Lei Federal n.º 6.938/1981, art. 2º da Lei Estadual n.º 7.806/2017 e art. 5º, I, da Lei Estadual n.º 5.101/2007, art. 4º da RDC n.º. 622/2022 da ANVISA, e art. 5º da Instrução Normativa n.º 141/2006 do IBAMA.

**12.3.2.** Licença Sanitária de funcionamento, dentro do período de validade, expedida pela autoridade sanitária competente, conforme art. 4º da RDC n.º. 622/2022. da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e legislação local aplicável.

**12.4.** A SEFAZ/RJ poderá realizar diligências para verificação da veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica, caso em que a proponente deverá prestar todas as informações e encaminhar todos os documentos necessários para a comprovação.

### **13. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**13.1.** O prazo de vigência contratual referente aos serviços de desinsetização, desratização e descupinização será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação do extrato do contrato no DOERJ.

**13.1.1.** O prazo contratual poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal n.º 8.666/1993, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

**13.1.2.** Isso porque tais serviços possuem natureza contínua, de modo que sua falta ou interrupção pode comprometer o desempenho das atividades desenvolvidas nas unidades da SEFAZ/RJ, caso os servidores não consigam desenvolver suas atividades em seus locais de trabalho.

### **14. DA VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA**



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**14.1.** As empresas interessadas poderão, com a finalidade de balizar a previsão de seus cálculos e formulação da sua proposta, visitar as instalações da SEFAZ/RJ, agendando previamente com a Coordenadoria de Serviços Compartilhados, através do telefone 2334-4771 e/ou do endereço eletrônico [tcsilva@fazenda.rj.gov.br](mailto:tcsilva@fazenda.rj.gov.br).

**14.2.** Para a proponente que realizar a visita e vistoria será fornecido atestado, conforme modelo trazido no **ANEXO A** deste Termo de Referência, em que constará a identificação da empresa (Razão social e CNPJ), o nome do representante que realizou a visita/vistoria, o local de prestação de serviço vistoriado, a data da visita/vistoria e o nome do servidor da SEFAZ/RJ que acompanhou a vistoria.

**14.3.** Caso a empresa opte por não efetuar a vistoria técnica facultativa nos locais em que serão prestados os serviços objeto desta contratação, sendo a contratada, não poderá alegar posteriormente desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação.

## **15. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** O contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente instrumento e da legislação vigente, respondendo a Contratada pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**15.2.** A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, que serão oportunamente designados pela Diretoria do Departamento Geral de Administração e Finanças da Contratante.

**15.3.** Os representantes da SEFAZ/RJ, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**15.4.** A Contratada declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

**15.5.** A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

**15.6.** Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a SEFAZ/RJ reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

**15.6.1.** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

**15.6.2.** Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados ao seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

**15.6.3.** Solicitar à Contratada a substituição de qualquer saneante desinfestante cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou que causem prejuízos à saúde, ou que não atendam às necessidades.

**15.7.** Não será aceito serviço que esteja em desacordo com as especificações constantes



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

da Proposta Detalhe da Contratada e deste Termo de Referência, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários.

**15.8.** O fiscal, o gestor de contratos e/ou os demais servidores deverão atentar-se ao disposto no Decreto Estadual nº 45.600/2016.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**16.1.** Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica, no início da vigência da contratação, preposto para representá-la, habilitado a responder sobre qualquer indagação administrativa e contratual, indicando: nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, e número de telefone.

**16.1.1.** O preposto deverá estar habilitado a responder por qualquer indagação sobre a parte operacional e de qualidade dos serviços executados, bem como solucionar qualquer problema relacionado à prestação dos serviços em termos de qualidade, dentre outros quesitos, quando a fiscalização solicitar.

**16.2.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto desta contratação, conforme especificações, prazos e condições constantes deste Termo de Referência.

**16.3.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Equipe de Fiscalização Contratual, os materiais utilizados e/ou os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

**16.4.** Utilizar empregados qualificados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**16.5.** Cuidar para que os seus funcionários se apresentem à Contratante uniformizados



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

e identificados adequadamente por meio de crachá, usando todos os equipamentos de segurança (EPI's) necessários ao caso.

**16.6.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**16.7.** Comunicar à Contratante, por escrito e tão logo constatado problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

**16.8.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**16.9.** Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à contratante ou terceiros.

**16.10.** Manter-se, durante toda a duração da contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, incluindo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

**16.11.** Cumprir o objeto deste Termo de Referência sem qualquer ônus adicional para a Contratante, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, encargos sociais, taxas, entre outras.

**16.12.** Responsabilizar-se quanto aos eventuais prejuízos causados por ineficiência ou irregularidade cometidos por seus sócios, empregados ou prepostos quando da vigência da contratação do objeto.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**16.13.** Dispor de todas as ferramentas, insumos e profissionais necessários para a execução do objeto da contratação.

**16.14.** Manter atualizado cadastro dos funcionários integrantes da equipe de funcionários envolvidos na execução dos serviços contratados, contendo indicação de nomes, cargos e endereços atualizados.

**16.15.** No ato da contratação, a contratada deve possuir conta corrente no Banco Bradesco S/A, informando número e agência antes do ato de assinatura do contrato, para realização do pagamento.

**16.16.** Manter atualizados seu endereço, e-mail, telefones e dados bancários.

**16.17.** Apresentar à Contratante, ao final da execução dos serviços, Comprovante de Execução de Serviços (**ANEXO E**), nos termos do art. 19 da RDC nº 622/2022 da ANVISA e da NOP-INEA-16.

**16.18.** A empresa Contratada deverá afixar cartazes informando a realização dos serviços, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental, conforme art. 20 da RDC n.º 622/2022 da ANVISA.

**16.19.** Apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviço de Interesse da Saúde Pública em áreas de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, dentro do período de validade, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em observância ao art. 2º, II, do Anexo I da Resolução - RDC n.º 345, de 16 de dezembro de 2002, da ANVISA, **para a prestação dos serviços no Lote I, especialmente no Posto Fiscal de Controle Interestadual situado do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.**



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**16.20** Cumprir as demais obrigações contidas no presente Termo de Referência.

**16.21.** Observar, durante toda a execução dos serviços, a legislação e as normas técnicas vigentes e aplicáveis, especialmente as Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pertinentes ao objeto.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**17.1.** A Contratante se obriga a facilitar por todos os meios o exercício das funções da Contratada, dando-lhe acesso às instalações e cumprindo com as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

**17.2.** A Contratante se obriga a prestar aos empregados da Contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à execução do objeto da contratação.

**17.3.** A Contratante se obriga a adotar todas as providências necessárias para possibilitar a execução do objeto contratual.

**17.4.** Exercer fiscalização permanente sobre os serviços executados, através de comissão/servidor especialmente designado, conforme o Decreto Estadual n.º 45.600/2016, objetivando a manutenção de elevado padrão de qualidade dos serviços prestados, promovendo, quando necessário, reuniões técnicas com os representantes indicados pela Contratada.

**17.5.** Documentar e notificar, por escrito, à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**17.6.** Receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas neste Termo de Referência.

**17.7.** Verificar a manutenção das condições de habilitação estabelecidas.

**17.8.** Efetuar os pagamentos à Contratada nas condições, prazos e preços pactuados, observando a aplicação do Acordo de Nível de Serviços estipulado neste Termo de Referência.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, visto que esta deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato (Acórdão TCU 2002/2005), sendo que os serviços de controle de vetores e de pragas urbanas pode ser integralmente executados, sem a necessidade de subcontratação para garantir a execução dos serviços.

## **19. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

**19.1.** É vedada a participação de empresas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista que a presente contratação não apresenta dificuldades técnicas que façam com que seja inviável a sua execução por uma única empresa.

## **20. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

**20.1.** É vedada a participação de empresas constituídas sob a forma de cooperativas, tendo em vista, pela natureza do serviço objeto da presente contratação e pelo modelo de execução adotado, se verifica a essencialidade de que os profissionais mantenham relação de pessoalidade e subordinação com a contratada para a execução dos serviços.





Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

## **21. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**21.1.** As proponentes deverão preencher a planilha de custos e formação de preços, conforme o **ANEXO B** deste Termo de Referência.

**21.2.** A elaboração da proposta deverá consignar obrigatória e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final do serviço proposto, conforme **ANEXO C** deste Termo de Referência.

## **22. DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**22.1** Na forma do que dispõe o art. 73 da Lei nº 8.666/93, o recebimento dos serviços dar-se-á da seguinte forma:

**22.1.1** Para os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, face a sua natureza contínua, o recebimento se dará:

**22.1.1.1** Provisoriamente – a cada etapa de realização dos serviços, no momento da finalização dos trabalhos, com entrega formal pela Contratada dos serviços concluídos, mediante a entrega do Comprovante de Execução dos Serviços previsto no subitem 9.1.6. e **ANEXO E** deste Termo de Referência, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da entrega deste documento.

**22.1.1.1.1.** As etapas são definidas conforme periodicidade definida no subitem 8.2.3 deste Termo de Referência.

**22.1.1.2.** Definitivamente – dentro do prazo de até 15 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento provisório, e após a comprovação de sua perfeita execução, e do cumprimento das demais condições estabelecidas neste instrumento.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**22.2.** Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**22.3.** Em face do descumprimento das condições e especificações estabelecidas na presente contratação e/ou havendo quaisquer pendências, a Fiscalização convocará a contratada para realizar os serviços necessários.

**22.4.** O período entre os Recebimentos Provisório e Definitivo não suspende a contagem de prazo previsto inicialmente para a realização dos serviços.

**22.5.** O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços.

## **23. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS**

**23.1.** Nos serviços de desinsetização, descupinização e desratização, a Contratante adotará o Acordo de Nível de Serviços – ANS como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela Contratada, segundo os critérios de qualidade neste Termo de Referência.

**23.2. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO:** Tabela de avaliação dos serviços prestados (subitem 23.4 do Termo de Referência), com registro de ocorrências pela Comissão de Fiscalização do Contrato.

### **23.3. DOS INDICADORES:**

#### **23.3.1. Eficácia dos serviços prestados:**



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

- a) Finalidade: eliminação e prevenção ao surgimento das pragas e vetores urbanos nas localidades da SEFAZ/RJ onde houver a prestação dos serviços;
- b) Meta a cumprir: eficácia dos serviços prestados, sem o surgimento de pragas ou vetores alvos de controle pela contratada no intervalo entre as ações preventivas, conforme periodicidade indicada no subitem 8.2.3 deste Termo de Referência;
- c) Instrumento da medição: ocorrências oriundas da má execução direta de ações de controle de pragas realizadas pela contratada, relatadas e/ou detectadas, por usuários ou fiscais de Contrato, descrevendo defeitos e/ou problemas aparentes;
- d) Forma de acompanhamento: relatório das ocorrências de má execução dos serviços;
- e) Mecanismo de Cálculo: reclamações de usuários devidamente fundamentadas e efetivamente confirmadas pela administração, ou falhas de execução identificadas pela contratante, serão consideradas não conformidades e registrados em ocorrência pela Fiscalização do Contrato. Para cada ocorrência, a contratada será penalizada em 1 ponto neste indicador.

Observação: Este item deve ser medido em apartado para cada serviço prestado (desinsetização, descupinização e desratização).

**23.3.2. Qualidade dos equipamentos e insumos utilizados na execução dos serviços:**

- a) Finalidade: garantir a utilização de equipamentos e insumos adequados, de acordo com os parâmetros das normas técnicas pertinentes e das especificações previstas no Termo de Referência.
- b) Meta a cumprir: equipamentos e insumos adequados ao controle de vetores e de pragas urbanas e em conformidade com as especificações do subitem 8.1.5.1 e dos itens 9 e 10 do Termo de Referência.
- c) Instrumento de medição: descrição dos equipamentos e insumos utilizados constante no Plano de Execução dos Serviços (**ANEXO D**) e no Comprovante de Execução de Serviços emitidos pela Contratada (**ANEXO E**).
- d) Forma de acompanhamento: verificação pela Fiscalização do Contrato dos equipamentos e insumos empregados na execução dos serviços e se os mesmos estão



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

em conformidade com as normas técnicas pertinentes e com as especificações previstas subitem 8.1.5.1 e itens 9 e 10 do Termo de Referência.

e) Mecanismo de Cálculo: eventual equipamento ou insumo empregado em desacordo com as normas técnicas pertinentes e com as especificações previstas no Termo de Referência será registrado em ocorrência pela Fiscalização do Contrato. Para cada ocorrência, a contratada será penalizada em 1 ponto neste indicador.

#### **23.3.3. Prestação dos serviços dentro da frequência especificada no Termo de Referência e no Plano de Execução dos Serviços:**

- a) Finalidade: cumprimento das etapas de realização dos serviços dentro da periodicidade estabelecida.
- b) Meta a cumprir: serviços realizados dentro da periodicidade especificada no subitem 8.2.3 e conforme definido no Plano de Execução dos Serviços.
- c) Instrumentos de medição: Comprovante de Execução dos Serviços (**ANEXO E**) emitido e entregue pela Contratada a cada aplicação.
- d) Forma de acompanhamento: verificação pela Fiscalização do Contrato das datas de realização de cada etapa dos serviços.
- e) Mecanismo de Cálculo: Para cada dia de atraso no cumprimento da periodicidade dos serviços indicada no subitem 8.2.3, ou nos prazos definidos no Plano de Execução dos Serviços, a contratada será penalizada em 1 ponto neste indicador.

#### **23.3.4. Entrega do documento de comprovação de realização dos serviços:**

- a) Finalidade: entrega do Comprovante de Execução dos Serviços (**ANEXO E**), previsto no subitem 9.1.6. deste Termo de Referência, dentro do prazo estabelecido.
- b) Meta a cumprir: Comprovante de Execução dos Serviços (**ANEXO E**), entregue à Contratante dentro do prazo estabelecido no subitem 9.1.6 deste Termo de Referência.
- c) Instrumentos de medição: Comprovante de Execução dos Serviços (**ANEXO E**), emitido e entregue pela Contratada a cada aplicação, previsto no subitem 9.1.6.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

d) Forma de acompanhamento: verificação pela Fiscalização do Contrato da data de entrega do Comprovante de Execução dos Serviços.

e) Mecanismo de Cálculo: para cada dia de atraso no cumprimento do prazo de entrega do documento, a Contratada será penalizada em 1 ponto neste indicador.

**23.4. TABELA DE AVALIAÇÃO:**

ITEM	INDICADOR	CRITÉRIO	PESO	NÚMERO DE IRREGULARIDADES REGISTRADAS	PONTUAÇÃO
01	Eficácia dos serviços de desinsetização	Por ocorrência	1		
02	Eficácia dos serviços de descupinização	Por ocorrência	2		
03	Eficácia dos serviços de desratização	Por ocorrência	3		
04	Qualidade dos equipamentos e insumos utilizados na execução dos serviços	Por ocorrência	1		
05	Prestação dos serviços dentro da frequência especificada no Termo de Referência e no Plano de Execução dos Serviços	Por dia	1		
06	Entrega do documento de comprovação de realização dos serviços	Por dia	1		
<b>PONTUAÇÃO FINAL</b>					

**23.4.1.** A pontuação em cada um dos itens listados na tabela acima será calculada de



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

acordo com a seguinte fórmula:

$$P = IR \times PS$$

Onde:

P = Pontuação

IR = Número de irregularidades registradas

PS = Peso

**23.4.2.** O número de irregularidades registradas deverá levar em consideração o critério de medição do respectivo item.

**23.4.3.** A pontuação final será o somatório das pontuações obtidas em cada um dos itens.

**23.5. PERIODICIDADE:** A cada etapa de realização dos serviços, de acordo com cronograma físico-financeiro (**ANEXO G**).

**23.5.1. INÍCIO DA MEDIÇÃO:** A partir do 2º mês do início da execução dos serviços.

**23.6. MECANISMO DE CÁLCULO:** Quantidade de ocorrências registradas.

**23.7. FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO:**

Ocorrências	Glosa na Fatura
0 a 8	Pagamento integral da fatura
9 a 15	5% sobre o valor da fatura
16 a 24	10% sobre o valor da fatura
a partir de 25	20% sobre o valor da fatura e



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

	comunicação ao superior para análise da viabilidade de aplicação de penalidade, conforme a discricionariedade e proporcionalidade avaliadas pela autoridade competente
--	--

**23.7.1.** A aplicação da glosa, conforme tratada no quadro acima, para fins de pagamento, será aplicada de acordo com a fórmula prevista no subitem 24.2.3 do Termo de Referência.

**23.8.** Deverão ser registradas todas as ocorrências que venham a impossibilitar ou dificultar a prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência, de maneira a ser considerado no cálculo final do fator de qualidade geral.

**23.9.** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle.

**23.10.** Haverá dedução no valor da remuneração do contrato, caso indicadores e metas estabelecidos não sejam atendidos, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas, conforme item 25 deste Termo de Referência.

## **24. DO PAGAMENTO**

**24.1.** O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados pela empresa até a assinatura do contrato.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**24.2.** O pagamento em relação aos serviços de desinsetização, desratização e descupinização será realizado em etapas, de forma parcelada, de acordo com cronograma-físico financeiro (**ANEXO G**), e ocorrerá em até 30 (trinta) dias depois do ateste da Nota Fiscal correspondente pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual.

**24.2.1.** Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no ANS - Acordo de Nível de Serviços, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do contrato, por meio da verificação da qualidade dos serviços prestados, adequação de prazos, obrigações contratuais, e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

**24.2.2.** Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, de acordo com o resultado do ANS, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções cabíveis.

**24.2.3.** O valor de pagamento devido à Contratada corresponderá a seguinte fórmula:

$$\text{Valor do Pagamento} = VF - (VF \times GFA)$$

Sendo:

VF = Valor da Fatura;

GFA = Glosa da Faixa de Ajuste do Pagamento

Onde:

O valor da fatura corresponde ao valor da etapa do serviço realizado, conforme cronograma físico-financeiro (**ANEXO G**).





Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

A glosa da faixa de ajuste do pagamento representa o valor, em percentual, da glosa apurada no Acordo de Nível de Serviços (subitem 23.7).

**24.3.** Eventuais erros nos valores constantes da Nota Fiscal serão comunicados à Contratada, ficando o pagamento suspenso até a correção do erro, sem ônus para a Contratante.

## **25. DO REAJUSTE**

**25.1.** O valor do contrato será passível de reajuste, após a anualidade da data da proposta, a fim de compor a variação efetiva do custo do produto no decorrer do contrato, sofrendo a incidência de atualização financeira pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**25.2.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **26. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**26.1.** A Contratada se obriga a prestar garantia, durante toda a vigência do contrato, de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo apresentar o comprovante à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou título da dívida pública a ser depositada via DARJ;
- b) fiança bancária; ou
- c) seguro-garantia.

**26.2.** A garantia será restituída após o encerramento do contrato, descontados, se for o



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

caso, multas ou quaisquer débitos da Contratada para com a Contratante. Os descontos serão aplicados para cobertura dos seguintes eventos: prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada; prejuízos diretos causados à Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato e obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

**26.3.** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**26.4.** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

## **27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**27.1.** Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

**27.2.** Os quadros abaixo descrevem o grau das penalidades específicas de acordo com as infrações cometidas:

<b>PENALIDADES (GRAU)</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	Multa de 1 % (um por cento) por dia corrido, a incidir sobre o valor da nota fiscal, limitado ao período de 10 (dez) dias de descumprimento, o qual ultrapassado será aplicada penalidade em grau imediatamente superior.
2	Multa de 1 % (um por cento) sobre o valor global do contrato.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

3	Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente.

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Atraso injustificado no início da prestação dos serviços, por dia;	1
2	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, limitada até o máximo de 1 (uma) ocorrência;	3
3	Não atendimento às normas técnicas e legais sobre segurança do trabalho;	3
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	1
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	1
6	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia, até o limite de 10 (dez) dias;	2
7	Descumprimento do item 9.3.3. deste Termo de Referência;	2
8	Deixar de executar injustificadamente as medidas corretivas no prazo estipulado no subitem 8.2.3.2 deste Termo de Referência, por dia;	1
10	Deixar de entregar os relatórios mensais previstos	1



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

	no subitem 8.2.3.4 deste Termo de Referência, por ocorrência;	
11	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
12	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
13	Deixar de fornecer ou repor a garantia contratual;	3
14	Inexecução total do contrato	3

**27.3.** Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

**27.4.** As penalidades descritas acima serão aplicadas, sem prejuízo, das demais previstas na Lei 8.666/93 e no Contrato.

**27.5.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

## **28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**28.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2022, assim classificados:

UG: 200100

Programa de Trabalho: 04.122.0002.2016

Natureza da Despesa: 3390.39

Fonte de Recursos: 100 - Ordinária Proveniente de Impostos



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

## **29. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E ESCOLHA DA PROPOSTA**

**29.1.** Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços o do **maior preço estimado por item**, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam ou sejam manifestadamente inexequíveis.

**29.2.** Para julgamento e classificação das propostas será adotado como critério o **menor preço por lote**.

## **30. ANEXOS**

**ANEXO A** – Atestado de Visita Técnica Facultativa

**ANEXO B** – Planilha de Custos e Formação de Preços

**ANEXO C** – Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO D** – Plano de Execução dos Serviços

**ANEXO E** – Comprovante de Execução dos Serviços

**ANEXO F** – Modelo de Ordem de Serviço

**ANEXO G** – Cronograma físico-financeiro

Rio de Janeiro, 08 de Dezembro de 2022.

Elaborado por:

Nome: Tâmara Cristina da Silva  
Coordenadoria de Serviços Compartilhados  
Id Funcional: 4318471-5

Nome: Gabriel Reis de Mello  
Coordenadoria de Serviços Compartilhados  
Id Funcional: 5015989-5

Aprovado por:



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

Nome: Carlos Eduardo Correia Henriques  
Coordenador de Serviços Compartilhados  
Id Funcional: 5119330-1



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**ANEXO A**  
**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

**ATESTO**, para fins do disposto no Termo de Referência referente ao processo de contratação dos serviços de controle e pragas e vetores, que a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, \_\_\_\_\_ o(a) \_\_\_\_\_ Sr(a). \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, expedida pelo(a) \_\_\_\_\_ e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n.º \_\_\_\_\_, visitou, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, a unidade da SEFAZ/RJ, situada em \_\_\_\_\_ e tomou conhecimento dos ambientes onde serão executados o objeto da contratação em epígrafe.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela Emissão do atestado - Servidor da SEFAZ

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
(representante da empresa)



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**ANEXO B**  
**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

- **Serviço de desinsetização, desratização, descupinização** - Valor total por lote para o conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos, com periodicidade constante no item 8.2.3, visando impedir, que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzam em todos os imóveis da SEFAZ listados no Item 7.1 deste Termo de Referência.

Os valores aqui apresentados deverão contemplar agregados os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, reforço de procedimento (caso ocorra) e visitas mensais, conforme abaixo detalhado.

LOTE 1									
Item	Imóvel	Metragem Imóvel	Valor Unitário por m <sup>2</sup> desinsetização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Unitário por m <sup>2</sup> desratização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Unitário por m <sup>2</sup> descupinização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Total (R\$)
1	Sede	15.925,87 m <sup>2</sup>		4		4		2	
2	ITD	650,28 m <sup>2</sup>		4		4		2	
3	IPVA	808,59 m <sup>2</sup>		4		4		2	
4	Corregedoria	348,56 m <sup>2</sup>		4		4		2	
5	Almoxarifado	885,90 m <sup>2</sup>		4		4		2	
6	AFR Niterói	1.163,55 m <sup>2</sup>		4		4		2	
7	Galpão de Niterói	6.766,58 m <sup>2</sup>		4		4		2	
8	PFA Méier	1.357,43 m <sup>2</sup>		4		4		2	
9	SÃO CRISTÓVÃO	229,31 m <sup>2</sup>		4		4		2	
10	Divisão de Transporte	1.205,46 m <sup>2</sup>		4		4		2	
11	Posto Fiscal GIG	48,10 m <sup>2</sup>		4		4		2	



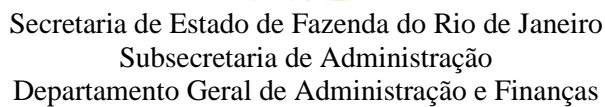


Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

12	ARF Barra	667,20 m²		4		4		2	
13	PFA Campo Grande	836,53 m²		4		4		2	
14	AFR Itaguaí	478,96 m²		4		4		2	
15	PFA Nova Iguaçu	703,00 m²		4		4		2	
<b>VALOR TOTAL DO LOTE:</b>									

<b>LOTE II</b>									
Item	Imóvel	Metragem Imóvel	Valor Unitário por m² desinsetização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Unitário por m² desratização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Unitário por m² descupinização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Total (R\$)
1	PFA Campos dos Goytacazes	1.551,54 m²		4		4		2	
2	AFR Itaperuna	622,91 m²		4		4		2	
3	PFA Sto. Antônio de Pádua	705,61 m²		4		4		2	
4	PFA São Fidelis	93,79 m²		4		4		2	
5	PFA Macaé	397,86 m²		4		4		2	
6	PCF Morro do Coco	3.798,00 m²		4		4		2	
7	AFR Cabo Frio	304,00 m²		4		4		2	
<b>VALOR TOTAL DO LOTE:</b>									

<b>LOTE III</b>									
Item	Imóvel	Metragem Imóvel	Valor Unitário por m² desinsetização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Unitário por m² desratização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Unitário por m² descupinização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Total (R\$)
1	AFR Barra do Piraí	1.114,40 m²		4		4		2	
2	AFR Volta Redonda	254,87 m²		4		4		2	
3	PCF Nhangapi	2.693,40 m²		4		4		2	



LOTE IV									
Item	Imóvel	Metragem Imóvel	Valor Unitário por m² desinsetização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Unitário por m² desratização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Unitário por m² descupinização	Quantidade de Aplicações estimadas por Ano	Valor Total (R\$)
1	AFR Petrópolis	859,37 m²		4		4		2	
2	AFR Teresópolis	548,54 m²		4		4		2	
3	PFA Três Rios	387,70 m²		4		4		2	
4	PCF Levy Gasparian	390,00 m²		4		4		2	
5	AFR Nova Friburgo	1.070,44 m²		4		4		2	
VALOR TOTAL DO LOTE:									



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**ANEXO C**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**À Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro - SEFAZ-RJ**

Pregão eletrônico nº

Processo Administrativo nº

**Identificação da Empresa:**

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição estadual:

Inscrição municipal:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

**Dados da conta bancária:**

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Por intermédio de seu representante legal, a firma acima mencionada propõe-se a fornecer os bens à SEFAZ-RJ, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes no Termo de Referência:

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT. DE MESES	PREÇOS MENSAIS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS
01			R\$	R\$	R\$
02			R\$	R\$	R\$



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

03			R\$	R\$	R\$
04			R\$	R\$	R\$
05			R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL (R\$)			R\$	R\$	R\$

**Valor da proposta por extenso:**

**Prazo de pagamento:** Até 30 (trinta) corridos após o atesto da fatura/nota fiscal ou documento equivalente.

**Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação.

**Declaramos** que acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos, diretos e indiretos, para perfeita execução do objeto, inclusive os custos com equipamentos auxiliares, ferramentas, transportes, cargas e descargas em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto deste termo de referência.

**Declaramos,** ainda, que esta empresa está ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos seus Anexos, bem como que o pagamento será feito pela SEFAZ-RJ, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente no Banco Bradesco.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

---

**Proponente – Assinatura do responsável**

**CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ**

(dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

## ANEXO D

### MODELO DE PLANO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA		
Razão social:		CNPJ:
Endereço:		
Nº da licença de funcionamento:		
	Telefone:	E-mail

VETORES E OUTROS ANIMAS NOCIVOS CUJO COMBATE FOI SOLICITADO	
<input type="checkbox"/> BARATA <input type="checkbox"/> RATO <input type="checkbox"/> RATAZANA <input type="checkbox"/> CAMUNDONGO <input type="checkbox"/> CUPIM	
<input type="checkbox"/> PULGA <input type="checkbox"/> MOSCA <input type="checkbox"/> CARRAPATO <input type="checkbox"/> PERCEVEJO <input type="checkbox"/> _____	
<input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____	

CARACTERÍSTICAS DO LOCAL	
Endereço:	
Área do imóvel:	
Descrição e condições específicas da edificação:	

VETORES E PRAGAS ENCONTRADOS DURANTE A INSPEÇÃO	



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças


<b>TÉCNICAS DE CONTROLE IMPLEMENTADAS</b>

<b>PRODUTOS QUÍMICOS E EQUIPAMENTOS EMPREGADOS</b>						
<b>Nome do Princípio ativo</b>	<b>Grupo Químico</b>	<b>Concentração de uso</b>	<b>Diluyente</b>	<b>Volume aplicado</b>	<b>Vetor alvo</b>	<b>Equipamento</b>

<b>RESPONSÁVEL TÉCNICO</b>	
<b>Nome:</b>	
<b>Assinatura</b>	
Local, data	



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**ANEXO E**  
**MODELO DE COMPROVANTE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

(1)							
<b>COMPROVANTE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS /</b>						<b>Nº</b>	
<b>Controle de Vetores e Pragas Urbanas</b>							
<b>(4) INFORMAÇÕES DA EMPRESA ESPECIALIZADA:</b>							
(5) CNPJ		(6) Código Inea		(7) Licença Ambiental (LAS/LO)			
				(8) Nº:		(9) Validade:	
<b>(24) VETOR(ES) OU PRAGA(S) URBANA(S) CONTROLADO(S):</b>							
(25) <input type="checkbox"/> BARATA DE COZINHA <input type="checkbox"/> BARATA DE ESGOTO <input type="checkbox"/> RATO <input type="checkbox"/> RATAZANA <input type="checkbox"/> CAMUNDONGO <input type="checkbox"/> PULGA <input type="checkbox"/> CUPIM SUBTERRÂNEO <input type="checkbox"/> CUPIM DE MADEIRA SECA <input type="checkbox"/> MOSCA <input type="checkbox"/> MOSQUITO <input type="checkbox"/> OUTRO _____							
<b>(26) ATIVIDADE DESENVOLVIDA:</b>							
(27) <input type="checkbox"/> CONTROLE NÃO QUÍMICO		(28) Especificar:					
(29) <input type="checkbox"/> CONTROLE QUÍMICO							
<b>(30) PRODUTOS QUÍMICOS E EQUIPAMENTOS EMPREGADOS:</b>							
(31) Cadastro Inea	(32) Grupo Químico	(33) Nome do Princípio Ativo	(34) Concentração de uso (%)	(35) Diluente	(36) Quantidade Total (lg)	(37) Praga(s)-alvo	(38) Equipamento(s)
<b>(39) INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR</b>							
<p>A <b>Garantia de Assistência Técnica</b> - GAT é uma expressão utilizada pelas empresas de controle de pragas para definir o prazo de compromisso com o cliente pelos serviços prestados.</p> <p>A GAT foi estabelecida pelo mercado com base em experiências técnicas agregadas às características biológicas e comportamentais do vetor ou da praga-alvo, do efeito residual dos produtos químicos utilizados, das condições físicas e ambientais do local que sofreu a ação de controle e da metodologia de aplicação. Veja os prazos do GAT no verso.</p> <p>As aplicações espaciais de inseticidas para controle de mosquitos de importância em Saúde Pública, por Ultra Baixo Volume (UBV) ou por Termonebulização (FOG) somente poderão ser praticadas nas áreas externas das edificações e como metodologia complementar às demais ações de controle. Essas aplicações deverão ser realizadas, exclusivamente, nas primeiras horas da manhã ou nos finais de tarde, de acordo com o período de atividade da espécie-alvo.</p>							
<b>(40) MEDIDAS CORRETIVAS E/OU PREVENTIVAS</b>							
(41) Praga-alvo		(42) DESCRIÇÃO					
<b>(43) APLICADOR</b>		<b>(46) RESPONSÁVEL TÉCNICO</b>			<b>(49) CLIENTE</b>		
(44) Nome		(47) Nome			(50) <input type="checkbox"/> Recebi o presente Comprovante de Execução de Serviço.		
(45) Assinatura		(48) Assinatura / Nº do Registro no Conselho de Classe			(51) Assinatura		(52) Data do serviço



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**ANEXO F**  
**MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão:     /     /	Serviço:
Contrato nº:	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:		CNPJ:	
Endereço:			
	Telefone:	Fax:	E-mail

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Item	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade

DEMAIS DETALHAMENTOS

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS





Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
 Subsecretaria de Administração  
 Departamento Geral de Administração e Finanças

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta <b>Ordem de serviço</b> serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
<b>Unidade Orçamentária:</b>	
<b>Função Programática:</b>	
<b>Projeto de Atividade:</b>	
<b>Elemento de Despesa:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Departamento Geral de Administração e Finanças

**ANEXO G**  
**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

Serviços	Período												TOTAL
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	
<b>Desinsetização</b>	1ª etapa 25%			2ª etapa 25%			3ª etapa 25%			4ª etapa 25%			100%
<b>Desratização</b>	1ª etapa 25%			2ª etapa 25%			3ª etapa 25%			4ª etapa 25%			100%
<b>Descupinização</b>	1ª etapa 50%						2ª etapa 50%						100%